



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
7ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO - DF-72

Fl. 34
TC-1406/026/15
Habituacionais



FICHA DE CARGO

Nome	Função	Ano	Função	Ano
Antônio Rogério Carvalho	Empresário	09	Antônio José dos Santos Filho	1999
Rodrigo Jenckes	Engenheiro	10	Antônio José dos Santos Filho	2000
Maria Beatriz Cabral	Enfermeira	10	Antônio José dos Santos Filho	2001
Silviano Moreira Góes	Policial	10	Antônio José dos Santos Filho	2002
Regina Maria da Cunha da Costa	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2003
Edson de Moraes da Motta	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2004
Valéria Haythielin da Cunha	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2005
Vanice Fárcass Marques	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2006
Adriano Vilela Pessanha Martini	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2007
Edna Lúcia Costa Júnior	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2008
Flávia Galdino da Silveira	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2009
Patrícia Elisa da Conceição	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2010
Patrícia Alves da Fonseca	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2011
Patrícia Souza Soedtche da Paixão	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2012
José Luiz Mendonça Pena	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2013
Enrique Henrique Ribeiro	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2014
Edna Rodrigues Ferreira	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2015
Mariânia Monteiro Salgado	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2016
Eduardo Cristina Eustáquio Meloletti	Advogado	10	Antônio José dos Santos Filho	2017
Andrea Schmidt	Advogado	10	Chefe de Gabinete de Relações Públicas	2018
Lucília Nederhof Seidenari	Advogado	10	Chefe de Gabinete de Relações Públicas	2019
Maria Cristina Caminotto Checkin	Advogado	10	Dir. de Orçamento e Finanças	2020
Luis Carlos Morozelli	Advogado	10	Dir. de Legislativo	2021
				Dir. Administrativo

112, 15:

As atribuições estão definidas por meio das Leis Municipais 5.096/12 e 5.199/14.

anos	2015
10	11
1	11
11	

= 2015

Registramos que nas contas do exercício de 2013 tratadas anteriormente houve ressalvas quanto ao quadro de pessoal do órgão, em especial em relação à desproporcionalidade de cargos em comissão na Câmara.

Ademais, nas contas do exercício de 2013 tratadas no TC-5-337/026/13⁶ (Irregulares – em base recursal), o principal motivo pelo julgamento de irregularidade foi a desproporcionalidade de comissionados no órgão, bem como o aumento artificial de cargos efetivos para dar cumprimento às determinações do Tribunal de Contas apenas formalmente, sem reduzir o número de cargos em comissão.

Em decorrência disso, estrematizamos a evolução do quadro de pessoal do órgão de 2009 a 2015, conforme quadros abaixo.

⁶ Dr. Edgard Camargo Rodrigues, 1º Câmara Sessão em 12/05/2016



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
7^a DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO - DF-7.2

TC-SP
Habilitação
para
exercer
o cargo

Existentes (em 31/12)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
EFETIVOS	42	42	42	42	94	94	91
Variação	0%	0%	0%	55%	0%	-3%	
COMISSÃO	132	132	132	132	129	108	107
Variação	0%	0%	0%	-2%	-19%	-1%	
TOTAL	174	174	174	174	223	202	198
Variação	0%	0%	0%	22%	-10%	-2%	

Ocupados (em 31/12)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
EFETIVOS	33	29	27	27	70	51	81
Variação	-14%	-7%	0%	61%	-37%	37%	
COMISSÃO	127	131	132	132	129	92	106
Variação	3%	1%	0%	-2%	-40%*	13%	
TOTAL	160	160	159	159	199	143	187
Variação	0%	-1%	0%	20%	-40%	24%	

*O mister destaca que em 2014 houve diminuição artifical do quadro de comissionados ocupados de 2013 para 2014, não condiz com a realidade, uma vez que foi constatada a exoneração de 14 comissionados em 05/01/2014, de modo que os números do quadro não revelam a real situação de excedente. Tudo conforme apurado por este fiscalizador nas contas tratadas no TC-2942/026/14.

Com base nos quadros acima demonstrados, informamos que os cargos em comissão ocupados correspondem a 56,58% do total de vagas preenchidas em 31/12/2015, bem como houve aumento nos cargos ocupados por comissionados em 13% de 2014 a 2015.

Face ao exercício de 2014, houve ainda a exclusão no quadro de pessoal de 4 cargos efetivos e 1 comissionado.

Assim sendo, entendemos que a Câmara Municipal continua com índice elevado e desproporcional de cargos em comissão, em descompimento à determinação exarada no IC-2291/025/107 (contas de 2010).

Em atendimento à Requisição nº 124/2016-LKE (fls.

determina a escolaridade exigida para o cargo de Assessor Jurídico, a Câmara declarou à fls. 257 do Anexo II que o

*Trânsito em julgado em 21/03/2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
7^a DIRETORIA DE PESQUISAS E INVESTIGAÇÕES - DF-7.2

Regramento (Fis. 259/260) que dispõe sobre tal matéria seria na lei 2.041/77 corpo da lei a exigência de escolaridade, entretanto não localizamos no LXP (Fis. 261/262-v) o artigo que estabelece a exigência de escolaridade.

De outra parte, emitimos a Requisição n° 136/2017-efetivos de Poder Executivo que estabelecem a escolaridade mínima para os servidores do Poder Executivo do serviço de copia e de contínuo. Tal exigência é estabelecida na Lei (Fis. 269/272 do Anexo III), não sendo apresentada a desobediência ao princípio da Reserva Legal.

D.3.2. ESCOLARIDADE EXIGIDA INCOMPATIVEL COM CARGO DE CONFIANÇA

Verificamos, conforme disposto nas Leis Municipais Presidência, Chefe de Gabinete de Chefe de Gabinete da Especial, Assessor Parlamentar I, Assessor Técnico Presidência I, Assessor Parlamentar I, Assessor de Gabinete da Presidência e Assessor Político Interno exigem apenas nível médio (Leis a Fis. 273/293-v do Anexo II).

Tal exigência é incompatível com a complexidade exigida para cargos em Comissão com função de chefia e assessoramento.

Constatamos que, em virtude disso, foram nomeados os seguintes comissionados:

Name	Cargo
Andréa Schmidt	Assessor de Gabinete de Vereador
Jane Terena dos Santos Silva	Assessor Político Interno
Mariana Monteiro Salgado	Chefe de Gabinete de Vereador
Roberza Cálix de Souza	Assessor Político Interno
Rodrigo Capri Chagni	Assessor Político Interno
Valdirene Ferreira de Araújo	Assessor Político Interno
Valeria Angelina Britto Costa	Chefe de Gabinete de Vereador
Vanisse Andrade Raminho*	Assessor Técnico Parlamentar

*Relatório de Ficha Completa à Fis. 294/319 do Anexo III, relatório escolhido a Fis. 320/321 do Anexo II não contém a data de colação de grau e nem de emissão do diploma.

D.3.3 FREQUÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS COMISSIONADOS

Em preliminar, destacamos que, em que pese se tratar de cargo de provimento em comissão, existe norma interna (Portaria n° 9874/2014 - Fis. 324 do Anexo II) que estabelece que os ocupantes do referido cargo devem exercer



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

7ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO - DF-7.2

Jornada de trabalho das 6h às 11h30h e das 12h30h às 18h, das 08h às 13h e das 14h às 18h.

Em nosso exame realizamos análise na frequência ocupantes do cargo em comissão de Assessor Político Interno entre 11h15 e 11h29, quando todos os assessores internos estavam presentes pelo horário definido pela portaria supra.

De nossa análise verificamos que, das 19 (dezenove) ocupantes do cargo, apenas 7 (sete) estavam presentes, Câmara Municipal e 12 (doze) ausentes, conforme termo de Verificação de Frequência acostado a fls. 325/327 da puxo III.

Considerando-se que 3 (três) encontravam-se de férias, dos que deveriam estar presentes, apenas 13,75% estavam em seus postos de trabalho no horário em que efetuamos nossos testes.

Os ausentes foram:

- Fernando Cardoso da Silva;
- Francisco José de Oliveira;
- Silas Pedro da Silva;
- Alessandro Lulucki;
- Juliana Lima Spitzer Coppini;
- Geni Sartori Vieira da Silva;
- Cirlei Berbel de Oliveira;
- Jason da Silva Canfolina;
- Valdirene Ferreira de Azevedo.

Em relação aos ausentes, 7 (sete) deles, conforme informados, estavam fazendo trabalhos externos na companhia dos vereadores, no entanto "trabalhos externos" não estão previstos nas atribuições do cargo de Assessor Político Interno, conforme Lei Municipal 5199/14 (fls. 293 do Anexo II), cuja principal atuação é no "assessoramento do vereador no atendimento de municípios **dentro do gabinete**" (grifo nosso).

É mister informar que para os serviços externos existe o cargo de Assessor Político Externo.

Ademais, por se tratar de teste efetuado em 2016, sugerimos que a próxima fiscalização prossiga com o apontamento em tela.